

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADA À ANÁLISE DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO URBANO¹

Isabela Santos Albuquerque²
Creuza Santos Lage³

Introdução

O espaço urbano vem passando por um rápido processo de transformação em decorrência dos novos paradigmas impostos pela força do capital que enseja uma nova relação espaço-tempo, destruindo referenciais e (re)produzindo novas paisagens em nome do progresso. Neste bojo, o planejamento urbano é um processo político fundamental para analisar a forma como o espaço geográfico vem sendo concebido.

A interação entre o ser humano e seu espaço vivido é um tema que vem ganhando importância com os estudos de Percepção Ambiental, que valorizam as experiências dos indivíduos, favorecendo novas possibilidades para a compreensão do espaço geográfico. Atualmente, os referidos estudos vêm sendo utilizados por planejadores como balizamento para intervenções sócio-espaciais, tendo em vista que, é fundamental organizar o espaço a partir da vivência dos habitantes da cidade, estando atento às suas reais necessidades.

Kevin Lynch (1980) aborda que a organização do espaço urbano influencia o contato que as pessoas têm com o mesmo, então todo cidadão possui uma imagem do seu espaço vivido, que é fortemente influenciada pela forma do ambiente. Um ambiente legível e bem estruturado, no tocante à infra-estrutura física e de serviços, pode facilitar o conhecimento, a orientação espacial, oferecer segurança emocional e intensificar os laços de afetividade, criando identidade com o lugar. Assim, a percepção dos indivíduos do espaço cotidiano adquire relevância no processo de planejamento urbano.

Este trabalho analisa como estudo de caso as principais ações do processo de planejamento urbano desenvolvido na Península de Itapagipe, balizado pelas diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano- PDDU, que vigorou em Salvador de 1985 até o primeiro semestre de 2004. A escolha da área de estudo justifica-se pela sua importância histórica, beleza paisagística e potencialidade turística no contexto soteropolitano (Figura 1).

¹ Trabalho desenvolvido no Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia a partir da pesquisa *Ações de Planejamento na Península de Itapagipe: uma análise através da Geografia da Percepção*.

² Licenciada, bacharela e mestranda pela UFBA. isa.albuquerque@ig.com.br

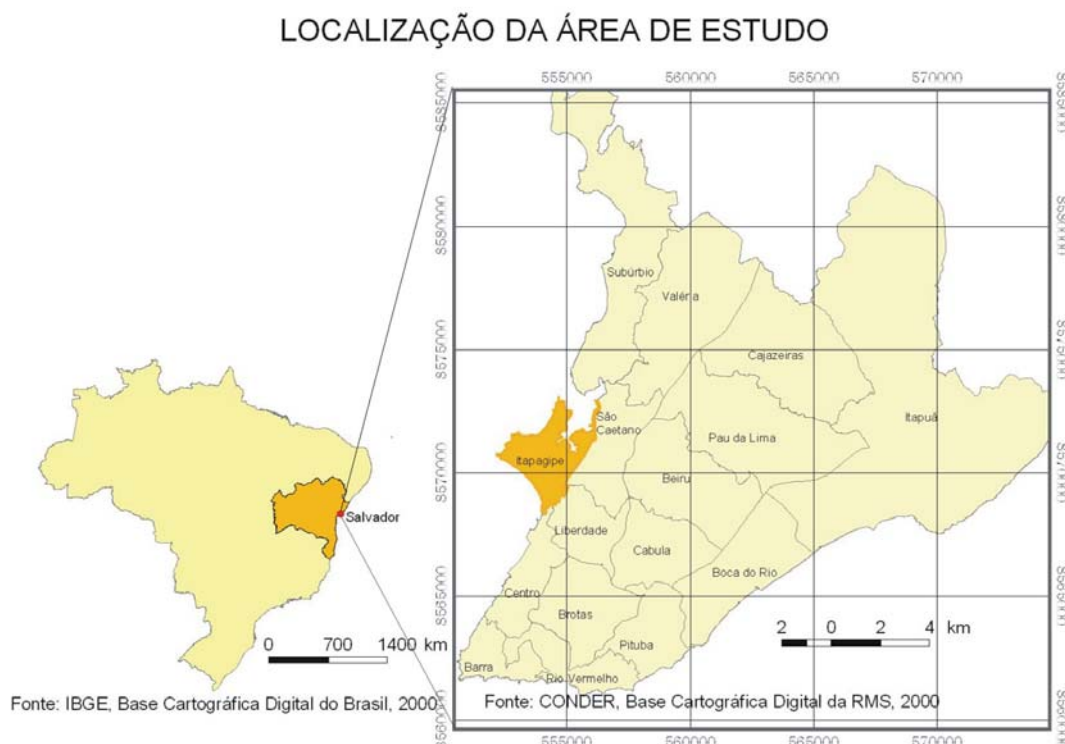
³ Prof^a Dr^a do Mestrado em Geografia e orientadora da referida pesquisa. creulage@terra.com.br

O artigo foi organizado em quatro fases: A primeira, *A Filosofia Fenomenológica: em Busca de Compreensão*, objetiva acompanhar o desenvolvimento histórico-conceitual da Fenomenologia, método apropriado para as pesquisas de percepção ambiental. A segunda, *Trilhando os Caminhos da Percepção Ambiental*, busca apresentar o desenvolvimento dos estudos de percepção ambiental que vêm sendo bastante utilizados por planejadores e gestores urbanos; A terceira, *O Processo de Planejamento Urbano Concebido para a Península de Itapagipe- Salvador/Ba*, demonstra os principais projetos voltados para a intervenção sócio-espacial da área em foco; Na última fase, *Reflexões das Ações de Planejamento Urbano Realizadas na Península de Itapagipe*, são tecidas reflexões sobre o processo realizado e suas principais conseqüências para a dinâmica sócio-espacial local.

O trabalho foi feito a partir de consulta documental em arquivos de órgãos públicos dos principais projetos de planejamento urbano desenvolvidos para a Península e pesquisa bibliográfica de autores que trazem contribuições para a *Fenomenologia*, como Relph, Gambini, Martins e Petrelli; *Percepção Ambiental*, como Oliveira, Tuan e Gomes; e *Planejamento Urbano*, como Vicente Del Rio, Souza e Lynch.

Vale abordar, que este trabalho foi feito com base na pesquisa *Ações de Planejamento Urbano na Península de Itapagipe: Uma Análise Através da Geografia da Percepção*, desenvolvida no Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia, estando em andamento.

Figura 1:



A Filosofia Fenomenológica: em Busca de Compreensão

Petrelli (2001: 15) diz que “fenomenologia é a ciência que se aplica ao estudo dos fenômenos: dos objetos, dos eventos e dos fatos da realidade”. Martins (1992: 50) aborda a fenomenologia enquanto “investigação direta e a descrição de fenômenos que são experienciados pela consciência”. Assim, vale conceituar a fenomenologia como o estudo que parte da descrição de fatos e/ou fenômenos para alcançar a essência e o significado dos mesmos, desvincilhado da pura materialidade.

A palavra fenomenologia foi utilizada pela primeira vez em meados do século XVIII pelo filósofo francês Heinrich Lambert para diferenciar “verdade de ilusão e erro” (MARTINS, 1992, p.50). No século XIX Franz Bretano, em Viena, relaciona suas pesquisas filosóficas ao psicologismo, que com seu rigor metodológico poderia dar cientificidade a análise proposta. No início do século XX Edmund Husserl vai ser discípulo de Bretano atraído pelos estudos filosóficos fundamentados na Psicologia Descritiva, na busca de fazer pesquisas matemáticas. Tal tentativa não foi promissora, fazendo com que Husserl começasse a estudar a fenomenologia.

Husserl descobre a fenomenologia enquanto movimento filosófico possível para “fundamentar a totalidade dos objetos” (GAMBINI, 1999, p.3). A concepção da fenomenologia, se opõe ao positivismo, não sendo tida pelo citado pesquisador enquanto algo acabado, mas em construção e, neste sentido, apresenta duas concepções a saber. Na primeira, a fenomenologia é definida como uma “ciência propedêutica, que tem como objetivo a descrição das essências fundamentais para uma problemática dada”. A segunda, a proclama como método para “reconstruir a gênese intencional da consciência e seus passos em movimento” (p.3).

A segunda abordagem defendida também por Merleau-Ponty vai valorizar a intencionalidade da consciência que não esgota a sua essência, sendo um ponto de partida interessante de ser percorrido. “A consciência é uma corrente de experiências vividas e a intencionalidade constitui apenas o caráter de tais experiências” (GAMBINI, 1999, p. 2).

Assim, a fenomenologia parte da compreensão dos fenômenos enquanto objetos materiais e imateriais, resultantes da ação humana intencional, podendo ser vista como o encontro empírico entre o elemento material do objeto e a forma de apreendê-lo, através da intersubjetividade.

A assertiva exposta pode conduzir a questionamentos, como: Que cientificidade pode ter uma análise pautada na intersubjetividade? Um conhecimento fundamentado na interpretação pode ser validado? Uma análise interpretativa pode até ser abrangente, mas é a busca pela essência e significado que vai favorecer a universalização do fenômeno

estudado e posterior individualidade, tornando-o relevante. Ao propor um estudo propedêutico pautado na intersubjetividade, a fenomenologia busca descrever e mostrar a significância da análise.

Diante do exposto, é ratificada a importância da fenomenologia enquanto método capaz de subsidiar as pesquisas em ciências humanas através da articulação do conteúdo conceitual com o conteúdo empírico. “Uma das tarefas que se propôs tal vertente foi definir linhas que orientassem o conhecimento empírico, oferecendo como alternativa à ciência positivista, a constituição de ciências eidéticas, ou ciências das essências...” (Rosendahl, 2001, p. 114).

As essências só podem ser vistas a partir da experiência do fato e o fato só pode ser tratado considerando-se a visão das essências. Entre o processo há um relacionamento dialético, ou melhor holístico... Ao se propor uma ciência eidética, deve-se referir à existência humana e sua experiência do mundo, enquanto se constituem os conceitos. (ROSENDAHL, 2001, p. 115-116).

Enquanto método a fenomenologia não pretende aprisionar e sim libertar. Então, como já foi abordado, o ponto de partida é a descrição como forma de “ir às coisas mesmas” (MARTINS, 1992, p. 53). O processo de conhecimento exige que o sujeito se situe perante o mundo e focalize como o mundo se situa diante dele, estabelecendo uma relação dialética, a fim de realizar o “epoché”, ou seja, abstrair, colocar em suspensão todas as idéias pré-concebidas para descrever o fenômeno livremente.

A descrição é o ponto de partida para investigar o fenômeno, por isso Relph (1979) diz ser fundamental tentar se desvincular de toda idéia pré-concebida e buscar se colocar na situação de quem vive e experencia o fato e/ou fenômeno. “A habilidade para acompanhar imaginativamente os atos e atitudes dos outros é essencial para toda fase da pesquisa fenomenológica” (p. 4).

Vale ressaltar, que é na descrição fenomenológica que a percepção assume primazia. Merleau-Ponty (1999) aborda que tudo que existe, existe como coisa ou como consciência não havendo meio termo. As coisas são localizáveis, mas a percepção não, porque se estivesse situada, ela não poderia fazer as outras coisas existirem para ela, já que repousariam em si à maneira das coisas. A percepção é, portanto, ato de perceber.

Posterior a suspensão do fenômeno, o pesquisador liberto de qualquer pressuposto, pode iniciar a redução fenomenológica, que se refere “a intuição da essência (...) a apreensão através da consciência intencional”. A consciência aqui não é tida enquanto característica da mente e sim como “um estado de alerta para o mundo” (p. 56).

(...) A redução fenomenológica toma, pois, no mundo-vida da pessoa, seja do pesquisador, ou do pesquisado, um foco, no qual a consciência e a experiência se combinam num sentido de realidade, tanto no pré-reflexivo como no reflexivo, isto é no domínio da consciência. (MARTINS, 1992, p.57)

O referido método pressupõe ainda a compreensão que envolve uma interpretação. Petrelli (2001: 28) diz que “neste momento, as diferenças se relacionam, formando atributos específicos, (...) que individualizam o universal, dando-lhe um lugar num espaço e um momento num tempo determinado e definido”.

A análise realizada permite mencionar a fenomenologia como uma expressão de vida, capaz de transformar “as experiências de mundo em conhecimento essencial, não separável da experiência, dando a esta uma abertura transcendente” (p.32).

Trilhando os Caminhos da Percepção Ambiental

A aceitação da interação homem-meio e da subjetividade desta relação foi provocando gradativamente transformações nas ciências sociais principalmente na esfera geográfica. Serpa (2001) aborda que na Geografia esta relação foi lançada por Wright a partir de 1947 e impulsionada por Loventhal e Tuan em 1960.

Foi a partir de 1960, que se consolidou os estudos de percepção ambiental valorizando a relação subjetiva do território e a consciência do espaço vivido. O lugar passa a ser uma das categorias de análise do espaço vivido e a análise geográfica é realizada a partir da interpretação e compreensão social dos sujeitos no espaço. A constituição dos lugares começa a ser analisada a partir das redes de significação material e afetiva, onde a objetividade da reflexão implementada não provém de regras estritas de observação e sim das interpretações realizadas.

Os referidos estudos foram intensificados a partir de 1970 na Geografia Humanística como forma de reação à ciência positivista e mecanicista institucionalizada. Esta vertente buscou realizar análises sócio-espaciais tendo como base os valores, significados, anseios, receios... dos indivíduos que constroem e vivem cotidianamente no espaço.

Na Geografia Humanística, o homem é considerado em toda a sua complexidade cultural e antropológica, o que faz aparecer novos pontos de vista para compreender o sentido da arte, da literatura, da ciência, da teologia e de todo o conjunto que expressa o campo da atividade humana. O essencial desta nova abordagem é buscar um sentido interior na cultura humana, estando consciente de que, em

sendo homem, seu ponto de vista é parcial e antropomórfico.
(GOMES, 2000, p. 309)

Oliveira, que desde 1970 vem desenvolvendo pesquisas nesta área, aborda que o estudo dos processos mentais relativos à percepção ambiental é fundamental para se compreender melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas.

A ciência geográfica definida pelo viés do espaço vivido, não tenta criar leis, nem observar regularidades generalizadoras. Seu ponto de partida é, ao contrário, a singularidade e a individualidade dos espaços estudados. Seu objetivo principal é fornecer um quadro interpretativo às realidades vividas espacialmente. (GOMES, 2000, p. 320)

“O mundo-vivido é definido como aquele mundo de ambigüidades, comprometimentos e significados no qual estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias, mas o qual tomamos por muito certo” (RELPH, 1979: 3). O lugar é uma categoria de análise que aflora no plano do mundo-vivido, podendo ser definido como um espaço de familiaridade; um “tipo de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e de segurança” (p. 17).

Conhecemos o mundo pré-conscientemente através e a partir dos lugares nos quais vivemos e temos vivido, lugares que clamam nossas afeições e obrigações. Neste sentido (...) lugares são existenciais e uma fonte de auto-conhecimento e de responsabilidade social. (RELPH, 1979, p.16)

A fenomenologia passa a ser utilizada como método de análise em tais estudos por valorizar o conhecimento produzido sobre o mundo vivido, a partir das relações subjetivas que os sujeitos estabelecem cotidianamente com o meio. Serpa cita Buttimer (2001) para abordar que a fenomenologia busca superar o dualismo subjetivo/objetivo, pois enquanto a subjetividade concentra-se na experiência individual e a objetividade na busca de generalizações e propostas testáveis para as experiências, a intersubjetividade ou modo fenomenológico objetiva deixar claro a relação dialógica entre indivíduos e a subjetividade do seu mundo.

Então, com o apoio do método fenomenológico é possível constatar como os indivíduos percebem o espaço em que vivem. A percepção ambiental ocorre concomitantemente em três níveis: *percepção sensorial*, captada pelos sentidos humanos;

influência sócio-cultural, intermediada pelos pressupostos, linguagens e simbologia dos grupos sociais; e *cognição* que é dinamizada pela inteligência.

A percepção como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os mecanismos perceptivos são dirigidos pelos estímulos externos e são captados pelos sentidos. Já os mecanismos cognitivos relacionam-se à contribuição da inteligência, uma vez que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos. (VICENTE DEL RIO, 1996, p. 3)

Cosgrove (1983) ratifica a importância dos pressupostos culturais, pois como infere a vida é produzida e reproduzida influenciada pelas várias simbologias e formas de comunicação construídas pelos grupos sociais. “A Geografia deveria ser concebida como o estabelecimento de um sistema crítico que engloba a fenomenologia da paisagem, de modo a abarcar, por meio de seu significado e cores, o variado cenário terrestre” (CÔRREA, 1997, in: SAUER, 1925).

Relph (1979) analisa as idéias fenomenológicas do mundo vivido por articularem experiências e aparências diversas, mas aponta a descrença de muitos estudiosos que alegam a falta de rigor científico do método como um dos obstáculos a ser mais bem esclarecido e superado.

Os significados do mundo-vivido estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais; e apesar de vivermos nele, o mundo-vivido não é absolutamente óbvio, e seus significados não se apresentam por si mesmos, mas têm de ser descobertos. A dificuldade é como fazer isso sem destruir a riqueza e a complexidade dos significados. A descrição e a interpretação fenomenológicas oferecem métodos bem desenvolvidos para realizar tal tarefa. (RELPH, 1979, p. 4)

Pode-se afirmar a importância do método fenomenológico para os estudos de percepção ambiental pelo mesmo valorizar: a essência dos fenômenos, buscando compreendê-los em sua totalidade; o lugar enquanto categoria do mundo-vivido cotidianamente pelos sujeitos, dentre outros aspectos. A sistematização das pesquisas balizadas por tal método é possível e ocorre fundamentada na descrição e interpretação dos fatos e/ou fenômenos em foco.

Yi-Fu Tuan (1983), afirma a relevância de fazer uma análise espacial pautada na observação da experiência de cada um, pois para ele os lugares são centros que recebem valores específicos a depender da vivência, cultura e visão das pessoas.

Silveira (2002) aborda a importância das pesquisas de percepção ambiental para a compreensão e planejamento do arranjo espacial, pois através desta vertente é possível apreender como e a partir de que lógica o homem vem transformando o ambiente. A análise geográfica a partir deste viés ganha profundidade porque a busca do entendimento da organização e produção espacial passa a ser pautada também numa “dimensão sócio-psicológica” (Rosendahl, 2001, p. 39).

O Processo de Planejamento Urbano Concebido para a Península de Itapagipe-Salvador/Ba

Planejar é uma atividade inerente ao ser humano que busca sempre prever e organizar sua vida cotidiana. Tomando como base ações realizadas no passado e as concepções do presente delimita perspectivas para o futuro. Por isso, é possível afirmar que planejar é uma ação que se remete ao futuro.

Planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de outro modo, é tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas, ou inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios (SOUZA, 2002, p. 46).

A Carta dos Andes (1958) aborda o planejamento enquanto um processo de ordenação e previsão para conseguir, a partir de uma ação pensada e pelo estabelecimento de metas direcionadas um melhor resultado dos recursos empregados. A referida atividade, com suas proposições, afeta o cotidiano da sociedade, por isso deve ser acompanhada, a fim de se evitar o predomínio dos interesses das classes dominantes em detrimento da grande maioria da população.

O planejamento urbano é um processo que também proporciona a reflexão sobre as potencialidades e fraquezas do ambiente, oportunizando a concepção de projetos que podem impulsionar o desenvolvimento de uma determinada área. Souza (2002) infere que o desenvolvimento não deve ser percebido como mera esfera econômica, mas enquanto processo global, que ao focalizar a qualidade de vida e a justiça social, pode favorecer a reconfiguração social, contribuindo para a melhoria integral de uma localidade.

Este trabalho analisa como estudo de caso a Península de Itapagipe, situada à noroeste de Salvador, e formada por onze bairros a saber: Calçada, Mares, Roma, Uruguai, Vila Rui Barbosa, Massarandura, Boa Viagem, Monte Serrat, Bonfim, Itapagipe e Ribeira

(Conder, 1992). Considera-se bairro enquanto uma unidade de vizinhança, espaço vivido e percebido pela população residente.

A referida área ocupada desde o período colonial, tem importância histórico-cultural no contexto de Salvador e vem passando por várias transformações ao longo do tempo, como tentativa de ser mais bem estruturada e atrativa enquanto localidade turística.

Uma análise das ações de planejamento desenvolvidas na Península de Itapagipe é uma tarefa importante na medida em que se pode vislumbrar como o poder público vem pensando e desenvolvendo o processo de organização espacial local, se vem incluindo a população na reflexão, tomada de decisões e estabelecimento de prioridades.

Desde 1970 que o poder público vem desenvolvendo alguns projetos voltados para a infra-estrutura física local, mas foi a partir de 1985 com o surgimento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU que as potencialidades da Península de Itapagipe foram diagnosticadas e o processo de planejamento urbano mais valorizado. Vários projetos foram pensados para a área objetivando a sua revitalização e neste estudo serão apresentados aqueles trabalhos que foram publicados em bibliotecas e arquivos dos órgãos planejadores públicos municipais (Quadro 1).

QUADRO 1- Projetos de Planejamento Urbano Concebidos para a Península de Itapagipe

continua

Ano	Projeto	Bairros	Problemas detectados	Diretrizes
1985	Plano Setorial para Itapagipe-UEP C2	Calçada; Uruguai; Bonfim; Monte Serrat; Ribeira.	<ul style="list-style-type: none"> * Praças e equipamentos degradados; * Carência de áreas de vivência e lazer; * Potencial turístico mal explorado; * Orla marítima mal conservada e poluída; * Tráfego crítico; * Poluição provocada pela atividade industrial; * Implantação de edificações fora dos padrões urbanísticos para a área. 	<ul style="list-style-type: none"> * Orientar investimentos públicos e privados na área, objetivando sua racionalização, um melhor atendimento da população e a solução gradativa dos problemas existentes; * Adotar instrumentos legais de planejamento que favoreçam a organização de um modelo físico-espacial adequado para a área; estabeleça um programa de valorização da orla marítima e do potencial náutico-turístico; estabeleça diretrizes para a atividade industrial, gerando melhores condições de vida para a população residente.

1985	Plano Urbanístico da Unidade Espacial C-2 Itapagipe	Boa Viagem; Monte Serrat; Bonfim; Ribeira.	<ul style="list-style-type: none"> * Tráfego crítico; * Saneamento básico precário; * Degradação ambiental; * Poluição atmosférica em função da atividade industrial; * Poluição das praias; * Abandono de edificações e áreas de valor cultural; * Favelização; * Infra-estrutura e espaços públicos degradados. 	<ul style="list-style-type: none"> * Favorecer a melhoria da qualidade de vida da população itapagipana, através de ações que reestruturem o meio ambiente e preservem sua imagem urbana, maximizem a utilização do sistema viário, espaços físicos e estimulem o potencial turístico.
------	---	--	---	---

continuação

Ano	Projeto	Bairros	Problemas detectados	Diretrizes
1992	Plano de Ação para a Península de Itapagipe	Boa Viagem; Monte Serrat; Ribeira.	<ul style="list-style-type: none"> * Excesso de barracas de praia e condição precária das existentes; * Esgotos lançados ao mar; * Favelização; * Inexistência de sanitários públicos; * Estacionamento inadequados; * Coleta de lixo irregular; * Tráfego crítico. 	<ul style="list-style-type: none"> * Recuperar a ambiência natural das praias e áreas adjacentes, preservando seus valores paisagísticos, recreativos e culturais; * Reordenar os equipamentos existentes favorecendo o lazer contemplativo, melhorando a imagem local para os residentes e usuários das praias.
1993	Revitalização de Sítios Históricos	Calçada; Roma; Boa Viagem; Monte Serrat; Bonfim; Ribeira.	<ul style="list-style-type: none"> * Praças e equipamentos degradados; * Prédios abandonados (antigo Cine Roma); * Carência de áreas para lazer (parques públicos, quadras poliesportivas, centros culturais, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> * Revitalizar o sítio histórico de Itapagipe, visando promover a melhoria das condições de segurança e qualidade de vida da população, preservando o patrimônio artístico e cultural.
1993	O Planejamento Urbano por Grandes Bairros em Salvador	Calçada; Mares; Uruguai; Vila Ruy Barbosa; Massaranduba Roma; Boa Viagem; Monte Serrat; Bonfim; Itapagipe; Ribeira.	<ul style="list-style-type: none"> * Diminuição da oferta de postos de trabalho na área; * Poluição das praias; * Infra-estrutura precária; * Degradação dos espaços de lazer; * Sobrecarga do trânsito. 	<ul style="list-style-type: none"> * Oferecer uma interpretação atualizada das condições de habitabilidade, dotação de infra-estrutura e de produção em geral, com seu correspondente em demandas de educação, saúde e transporte, apresentando para a Prefeitura Municipal de Salvador indicações para intervenções.
1998	Ribeira Azul-Requalificação Urbana da Enseada dos Tainheiros	Ribeira.	<ul style="list-style-type: none"> * Favelização; * Carência de áreas de lazer; * Degradação ambiental; * Saneamento básico precário; * Condições precárias do patrimônio histórico; * Atividades Econômicas 	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar ações ligadas aos temas habitação e habitabilidade, meio ambiente, desenvolvimento sócio-econômico e cidadania, para devolver salubridade e qualidade de vida aos habitantes e usuários das áreas de

			desarticuladas: turismo, comércio, dentre outras; * Trânsito crítico.	abrangência, investindo na promoção social e desenvolvimento local.
2000	Projeto Via Náutica	Monte Serrat; Bonfim; Ribeira.	* Serviço turístico mal estruturado; * Potencialidade para o lazer náutico inexplorada; * Condições precárias do patrimônio histórico; * Estacionamentos inadequados; * Degradação dos espaços de lazer contemplativo.	* Revitalizar o turismo da cidade do Salvador através da construção de uma via náutica com oito pontos de atracação, sendo três na península itapagipana que é uma importante área histórico-cultural.

conclusão

Ano	Projeto	Bairros	Problemas detectados	Diretrizes
2000	Plano Referencial de Itapagipe	Calçada; Mares; Uruguai Vila Ruy Barbosa; Massaranduba Roma; Boa Viagem; Monte Serrat; Bonfim; Itapagipe; Ribeira.	* Ações de planejamento urbano desarticuladas; * Degradação ambiental; * Condições precárias do patrimônio histórico; * Serviço turístico mal estruturado; * Favelização; * Elevado índice de desemprego; * Aumento do índice de violência.	* Desenvolver na Península de Itapagipe um modelo de intervenção sustentável, através da criação de planos setoriais, pautado na exploração do potencial turístico e náutico, preservação ambiental, inclusão social, buscando integrar a área ao processo de desenvolvimento turístico de Salvador e possibilitando, simultaneamente melhoria de renda, qualidade de vida e fortalecimento da cidadania.

Fonte: Arquivo da Fundação Mário Leal Ferreira- FMLF, 2004.

Elaboração: Isabela Santos Albuquerque.

A análise do quadro acima permite diagnosticar que os principais projetos concebidos para a Península de Itapagipe estabeleceram diretrizes amplas de infraestrutura física e social dos bairros. Entretanto, na prática as ações realizadas estavam mais voltadas para a infraestrutura física, objetivando minimizar entraves como, saneamento básico precário, degradação ambiental, poluição das praias, tráfego crítico, etc.

Outro aspecto a ser mencionado, é grande parte das ações foram previstas e desenvolvidas nos bairros de interesse turístico, como Boa Viagem, Monte Serrat, Bonfim e Ribeira, áreas que podem trazer, de certo modo, um retorno econômico. Assim, quando necessário os bairros do sítio histórico que possuem demanda turística são “maquiados” para estimular o desenvolvimento de atividades específicas, como o turismo.

Observa-se a elaboração, disseminação e implementação de estratégias que facilitam a comercialização dos lugares, conferindo/transformando o espaço geográfico em

mercadoria. Pelo exposto, vale tecer alguns comentários sobre o conteúdo das ações de planejamento realizadas na Península de Itapagipe e as principais repercussões para a dinâmica sócio-espacial.

Reflexões das Ações de Planejamento Urbano Realizadas na Península de Itapagipe

Salvador é uma cidade que teve um acelerado crescimento urbano, apresentando desafios para a concepção e realização do processo de planejamento, o que justifica o estabelecimento de prioridades por parte das forças públicas na organização sócio-espacial. Então, seria compreensível aceitar que as intervenções fossem mais direcionadas para áreas com maiores carências estruturais, mas o que se vê é a preferência da alocação de recursos em áreas tecnicamente mais produtivas.

Particularizando a Península de Itapagipe, pode-se afirmar que o processo de organização sócio-espacial realizado desde 1985 até a atualidade vem primando pela aplicação de recursos para os bairros que apresentam potencialidades, como: localização na borda marítima, beleza paisagística e acervo arquitetônico.

O planejamento urbano deve ser um meio para se alcançar um maior desenvolvimento urbano, ou seja, processo de mudança social positiva no meio urbano, contemplando tanto as relações sociais quanto a espacialidade, visando ganhos crescentes de autonomia individual e coletiva em que se constata melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social (MIRANDA, 2004, *in*: SOUZA, 2002, p. 519).

A citação acima ratifica a importância do processo de planejamento urbano para a reflexão sobre a realidade e potencialidades do espaço geográfico, sendo uma oportunidade para propor medidas e realizar ações relacionadas tanto a infra-estrutura física como social, favorecendo o desenvolvimento integral de uma área.

Os projetos desenvolvidos na área de estudo propuseram nas suas diretrizes intervenções voltadas para a revitalização da área, estimulados por uma nova função: atividade turística. Vicente Del Rio (1996) menciona a revitalização como um processo abrangente, que incorpora práticas urbanísticas anteriores e novas na busca de uma nova vitalidade para as áreas urbanas, objetivando o desenvolvimento. Del Rio (1996, p. 05) diz ainda que “a revitalização busca reidentificar o passado no presente, ressuscitando a memória coletiva, sem inibir a modernidade”. Assim, é possível partir das fortalezas da área para potencializá-la, favorecendo o desenvolvimento local.

Neste bojo, considerando que a maioria das ações foram canalizadas para os bairros situados na borda marítima e com importância arquitetônica, estando voltadas para a infra-

estrutura física dos mesmos, deixando sempre as questões sociais para serem resolvidas futuramente, pode-se afirmar que o processo desenvolvido não efetivou a revitalização local e sim a restauração. Vicente Del Rio (1996) conceitua como sendo uma ação voltada para a recuperação da infra-estrutura física do monumento ou patrimônio e que tem sido bastante comum principalmente após o *input* da atividade turística.

Na prática, as ações concretizadas têm favorecido a restauração em detrimento da revitalização e como ações de infra-estrutura física realizadas, pode-se citar: obras de esgotamento sanitário, desobstrução visual das praias, reforma de praças públicas, asfaltamento de ruas, construção do píer de atracação da via náutica no “bairro” de Monte Serrat, dentre outros.

O trabalho realizado na Península de Itapagipe ao longo do tempo não favoreceu a integração efetiva da população no processo de concepção e discussão. Kevin Lynch (1980) diz que todo cidadão possui numerosas relações com seu espaço cotidiano e sua imagem está impregnada de significações, ratificando a riqueza de um planejamento participativo.

A análise dos projetos permite ainda afirmar que o processo ocorrido na área de estudo não tem se preocupado efetivamente com a percepção da comunidade local para refletir e concretizar um planejamento coerente com a realidade local. A integração da mesma no processo é um aspecto que precisa ser dinamizado e perseguido pelos planejadores e gestores, a fim de se produzir espaços mais justos e democráticos.

As interpretações realizadas acerca do espaço vivido, podem contribuir para diagnosticar as idéias que um grupo possui de um lugar, sendo possível implementar intervenções condizentes com as necessidades apreendidas. Assim, torna-se fundamental realizar ações na península itapagipana que possam favorecer a sua dinamização e criar uma imagem pública positiva. Essas ações devem partir dos anseios e necessidades da população, por isso a importância do planejamento apoiar-se nos estudos de percepção ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Isabela Santos. **Ações de revitalização espacial no “bairro” de Monte Serrat**. Salvador: UFBA, 2001.
- BLEY, Lineu. **A Imagem de Lisboa na Obra de Eça de Queiroz**. Geografia, Rio Claro, Vol. 22(2):41-56, outubro 1997.
- CONDER. **Mapa da Cidade do Salvador**. Salvador, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSGROVE, Denis E. **Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. Espaço e Cultura**. Nº 5, p. 5-29, jan./ jun. de 1998.
- DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia. **Percepção Ambiental: a Experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel/UFSCar, 1996.

- FMLF- Fundação Mário Leal Ferreira. **Projetos de Planejamento Urbano**. Salvador: FMLF, 2004.
- GAMBINI, Martha Conceição. **Binswanger e o Pensamento de Heráclito**. Goiânia: Universidade Católica de Goiânia, 1999.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1980.
- MARTINS, Joel. **Um Enfoque Fenomenológico do Currículo**. São Paulo: Cortez, 1992.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus. **Salvador-BA: Uma Análise da Percepção Urbana dos Moradores de Rua**. I Encontro sobre Percepção e Conservação Ambiental: A Interdisciplinaridade no Estudo da Paisagem. Olam- Ciência & Tecnologia. Rio Claro, Vol. 4, Nº 1, Abril de 2004.
- PETRELLI, Rodolfo. **Fenomenologia- Teoria, Método e Prática**. Goiânia: UCG, 2001
- PUJADAS, Romá. **Ordenación y Planificación Territorial**. Madrid: Editorial Síntesis, 1998.
- RELPH, Edward C. **As bases fenomenológicas da Geografia**. *Geografia*. Rio Claro, Vol. 4, Nº 7, p. 1-25, Abril de 1979.
- ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- SALCEDO, Rosío Fernández Baca; OLIVEIRA, Livia de. **A Percepção do Centro Histórico de Cusco, Peru**. *Geografia*. Rio Claro, Vol. 22(2):5-39, Outubro de 1997.
- SERPA, Ângelo. **Percepção e Fenomenologia: Em Busca de um Método Humanístico para Estudos e Intervenções do/no Lugar**. Olam- Ciência & Tecnologia. Rio Claro, Vol. 1, Nº 2, p. 29-61, Novembro de 2001.
- SILVEIRA, Rosana Ávila Melo. **Percepção da Paisagem- Estudo da Inter-relação entre Ser Humano e Meio Ambiente**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: UFPB, 2002.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia- Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar-A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.